

AS CULTURAS PRÉ-HISTÓRICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO (PERNAMBUCO-BRASIL)

JACIONIRA COELHO SILVA¹

A transformação dos indícios arqueológicos em um conjunto sistemático de dados, com o fim de caracterizar as culturas de épocas pretéritas, identificando-as em diferentes épocas de uma linha de tempo, tem sido a preocupação dos pesquisadores da pré-história brasileira desde os primeiros momentos da pesquisa arqueológica no Brasil. Esta postura se justifica pela necessidade de inserir o homem pré-histórico que habitou o espaço *brasileiro* no contexto da pré-história mundial, tanto quanto pela meta em estabelecer o estágio cultural em que esse homem chegou à América, a época e quais os meios utilizados nessa transumância tão remota. A partir da descoberta do Homem de Lagoa Santa, as evidências arqueológicas mais procuradas estavam nos extremos da cronologia até então conhecida: as mais antigas, para explicarem o início da ocupação do território brasileiro, as mais recentes, para indicar pontos convergentes entre os proto-indígenas e os nativos dos tempos históricos. Constituía, se não a questão central, pelo menos um componente importante nas hipóteses levantadas em torno da distribuição dos primeiros habitantes no espaço que iria constituir-se no *Brasil*.

Sem vestígios similares aos das Grandes Culturas, esse imenso espaço foi identificado pelos etnólogos da segunda metade do século, como área periférica das culturas qualificadas como mais desenvolvidas do período pré-colombiano. O distanciamento no tempo e no espaço dos artefatos encontrados na

África e na Eurásia, o que significa dizer, sem a possibilidade de estabelecer-se comparações entre as culturas materiais dos dois lados do Atlântico ou do Pacífico, à época, levou os arqueólogos no Brasil à contingência de “adaptar” boa parte das denominações já definidas para outros continentes aos objetos arqueológicos locais. Relacioná-los com o meio ambiente e obter datações absolutas que servissem de parâmetros temporais a tantos outros vazios cronológicos, foram outros passos dados na tarefa hercúlea da construção dos suportes teórico-metodológicos de suas pesquisas, na tentativa de obterem respostas às indagações que se faziam e de poderem identificar e correlacionar diferentes grupos culturais com maior segurança. Poucos tiveram possibilidade de desenvolver estudos em áreas geográficas mais amplas, de modo a ter uma visão geral da distribuição espacial desses grupos e, com isso, poder iniciar a trama das correlações entre as primeiras populações em algumas regiões do país.

No Nordeste brasileiro, o “vazio” que foi atribuído a essa região no mapa pré-histórico da América, vem sendo preenchido gradualmente, nos últimos trinta anos. Nos dias presentes, pode-se afirmar que as primeiras populações chegaram em um período que tem início em torno de 50.000 anos e, uma vez aqui estabelecidos, desenvolveram-se, perdurando seus remanescentes até os dias atuais, uns muito aculturados e outros ainda resistindo em manter a memória de uma identidade que construíram no passado, provavelmente há milênios.

Sobre as tradições pictóricas, mais facilmente observáveis, porém de difícil estabelecimento de um *corpus* teórico, algumas já foram definidas, enquanto outras precisam ser caracterizadas e nominadas ou incorporadas às já existentes.

Ao lado desses componentes culturais dos povos ancestrais no Nordeste, um conjunto de técnicas de lascamento da pedra, observadas nas formas e tipos de instrumentos dos sítios arqueológicos da região, constituem uma tradição lítica atribuída ora a caçadores pleistocênicos, ora aos arcaicos do holoceno, foi identificada por CALDERÓN. Ainda sem um estudo profundo, com sua área de ocorrência sem delimitação, esclarece MARTIN que não passa de

“... simples conjectura, na medida em que a tradição Itaparica não está ainda bem caracterizada e se apoia, principalmente, na existência de artefatos líticos, especialmente as lesmas, além de que o número de sítios escavados é ainda pequeno” (p.175).

Este trecho em epígrafe, descreve corretamente o problema não só em torno da definição da tradição Itaparica, como de qualquer outra, seja ela lítica, cerâmica ou de arte rupestre, com a qual se pretenda caracterizar uma cultura desaparecida. Não significa, contudo, que estudos sistemáticos não estejam em andamento para a solução dessa incógnita. O que se deve ressaltar, no entanto, é que, enquanto a investigação sobre os dois últimos componentes culturais mencionado têm avançado nos últimos tempos, a análise tecno-morfológica dos objetos de pedra estudada, tem progredido timidamente, embora tenha sido um das primeiras “ferramentas” de identificação de *tipos*, nos primórdios da arqueologia no país, quando ainda se acreditava serem eles suficientes para a caracterização de um grupo pré-histórico. A antigüidade de técnicas de lascamento para obtenção de determinados *tipos* de artefatos de pedra tem sido atestada pelas datações absolutas de alguns sítios, e, mais raramente, associadas aos grafismos de uma tradição já firmada.

A continuidade das escavações, nos dias atuais, tem demonstrado que protótipos da tradição Itaparica não se limitam apenas àqueles produzidos no médio vale san-franciscano, ou ao Planalto Central (em Goiás), senão que se distribuem aparentemente em direção à foz do rio, associados a objetos polidos desde períodos remotos. Quando MARTIN afirma que

“Os materiais mais antigos são melhor elaborados e de menor tamanho...”

está se reportando a uma mudança nos instrumentos de mais fácil identificação à uma análise preliminar em alguns conjuntos de instrumentos procedentes daquela área do São Francisco. E informa que

“... em torno de 3.000 anos BP, nota-se abandono das técnicas mais cuidadas, com a presença de implementos maiores e mais grosseiros “ (Id., ib.).

As técnicas refinadas de confecção e acabamento das peças líticas da tradição Itaparica, no entanto, só aparentemente foram abandonadas. Inúmeras tentativas de realização desses objetos pelas técnicas tradicionais podem ser encontradas em matéria-prima de características que não responderam ao *modelo* pretendido pelo artesão, constituindo a “classe” das pré-formas. Inferre-se, então, que as técnicas rebuscadas de confecção não foram abandonadas, esquecidas; os resultados é que comprometeram o “modelo” tecno-

tipológico. Nesses conjuntos líticos núcleos esgotados, sem nenhuma possibilidade de utilização são encontrados junto a lascas e resíduos de lascamento, quando a matéria-prima respondeu favoravelmente às técnicas refinadas empregadas pelo artífice.

Ante as dificuldades técnicas surgidas com a matéria-prima, outras feições no modo de talhar a pedra foram introduzidas, como a *bipolar*, que, no entanto, não supera o talhamento por percussão, nem em quantidade, nem em qualidade, no grupo dos instrumentos acabados. Essa técnica surgiu aparentemente como uma alternativa econômica do material coletado, bem como do esforço dispendido na realização das peças.

Enquanto em alguns sítios os objetos de pedra ampliam-se (Gruta do Padre), em outros reduzem-se (Letreiro do Sobrado), entre 3.000 e 1.000 anos, aproximadamente. Essas modificações culturais poderiam ser atribuídas às alterações ambientais, o que se justificaria somente se estas tivessem tornado inacessíveis as fontes de recurso, devendo-se lembrar que na zona litorânea norte, da região Nordeste, em ambiente dunar, conjuntos de instrumentos líticos apresentam características semelhantes às da tradição Itaparica, realizados em quartzito, arenito e quartzo de excelente textura. Como corolário, pode-se levantar a hipótese de que as modificações tecno-morfológicas dos implementos líticos devem-se à má qualidade da matéria-prima, não ao abandono das técnicas.

As dificuldades interpretativas presentes na arqueologia brasileira desde os primeiros tempos, deverão ser superadas quando algumas categorias fundamentais por ela utilizadas forem definidas, tais como tradição, que, na cultura material, pode estar atrelada a diferentes atributos, que não apenas aos descritivos.

O termo tradição foi introduzido na terminologia arqueológica brasileira pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA, na década de sessenta, quando se tentava sistematizar os estudos arqueológicos, fixando-se uma metodologia unificada que permitisse a fiabilidade na comparação dos dados obtidos por diferentes pesquisadores e em diversas regiões.

A *permanência no tempo* aponta para uma cultura imobilista, isolada, com um longo período de intercâmbio com um meio igualmente pouco ou quase nada variante. Explicar a dispersão espacial da tradição Itaparica do Brasil Central ao litoral nordestino, no seu ponto mais distante, sem parecer difusionista é quase impossível, tanto quanto confrontar essa explicação com a dispersão temporal. Populações que, depois de uma “diáspora” em consideráveis contingentes, fixaram-se em tempos longínquos nos vales e platôs dessa imensa área? E puderam aí viver tranqüilamente sem alterar seus costumes, pelo menos as

práticas tecnológicas? Ou grupos que a partir de uma área de origem, depois de longa temporada, equivalente a alguns milhares de anos de arraigados modos de viver, precisaram deslocar-se em busca de ambientes semelhantes ao abandonado, trazendo na memória suas técnicas, mas sem condições de executá-las como antes, com refinamento, diante do que dispunham como recurso?

As modificações técnicas acima referidas caracterizam as fases, que surgem como subdivisões temporais ou mesmo unidades espaciais de uma tradição, que em geral é entendida como a longa duração de um *modus vivendi*, incluindo-se aí o domínio tecnológico, uma vez que foi definida como

“...grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal.” (PRONAPA, 1976: 145).

As fases significam, portanto, a introdução de novas técnicas no seio das tradicionais sem um comprometimento maior dos usos já consagrados. Um componente da cultura material pouco estudado é a técnica de obtenção de utensílios de pedra polidos, a qual não fez desaparecer a dos artefatos lascados e, por conseqüência, é uma inovação técnica que dá início não a uma nova fase, mas a um novo período, porque aparece associado à cerâmica, caracterizando o equipamento de povos agricultores. Por não serem perceptíveis as etapas de confecção dos instrumentos polidos, ou seja, lascamento, picoteamento e alisamento nos objetos acabados, não há possibilidade de se estabelecer uma correlação tecnológica entre os de pedra lascada e os polidos na sua etapa de lascamento. Algumas de suas “pré-formas” poderiam ser identificadas nos sítios da tradição Itaparica, se houvesse a possibilidade de se poder atribuir ao artesão uma “intenção de polir”. Associados aos artefatos lascados, conforme menção anterior, as peças polidas são encontradas desde as épocas mais remotas da tradição Itaparica, no vale do São Francisco, indicativo de que a agricultura na região é bem mais antiga do que se supõe.

Percebe-se em toda esta problemática, que o aporte de conhecimento adquirido sobre as ocupações pré-históricas nos diferentes pontos do Nordeste, está a exigir uma linha interpretativa que estabeleça uma correlação entre esses povos, do ponto de vista de sua cultura material e imaterial. Se o material lítico, isto é, uma tradição lítica não é suficiente para identificar uma cultura, ou grupo cultural, resta ao pesquisador associá-la a outros componentes, trabalhando-os de modo estrutural.

Para as culturas pré-históricas do São Francisco, uma tipologia dos assentamentos e enterramentos contribuiria para singularizar ou ampliar os componentes etno-culturais naquela região.

Se uma tradição desenvolve-se por longo tempo em um mesmo espaço,

a tradição Itaparica, sem espaço definido, que existiu desde 11.000 anos aproximadamente (e persistiu por este lapso de tempo) é o exemplo acabado da linearidade temporal de uma unicidade tecnológica, que, tautologicamente, reproduz uma “permanência”. Enquanto na arte rupestre, admite-se variações, estilos diversos, no material lítico, a introdução de nova técnica pode ser compreendida como o fim de uma tradição.

Estabelecer, por analogia, usos e costumes de hordas, bandos e sociedades de agricultores incipientes, a fim de poder identificar os vestígios desses agrupamentos em épocas recuadas, poderia ser uma solução inicial na tentativa de se identificar os grupos de caçadores-coletores da ribeira san-franciscana. Neste aspecto, um novo problema se apresenta. A maioria das informações históricas sobre os grupos indígenas do Nordeste são desconhecidas das descrições dos etnólogos, no que diz respeito a usos e costumes, ou às vezes inexistem. (PINTO, 1938).

Os deslocamentos sazonais em um território definido; a longa ou temporária ocupação de um sítio por um grupo; a manutenção de manifestações culturais, ditas permanentes, e o acréscimo “por adoção” de técnicas e costumes estranhos ao grupo, resultando até mesmo em grandes variações identificadoras das “franjas” de territórios “apropriados” e comunitariamente exploradas por grupos diversos nos contatos que realizam para a efetivação de trocas, poderiam indicar a existência de grupos isolados ou abertos, que coexistiram organizados em um sistema de cooperação.

A coexistência de diversos grupos em uma mesma área, evidentemente, implicaria em uma delimitação territorial para algumas atividades, resultando em uma organização social com certo grau de complexidade. GODELIER (1981) procurou explicá-la através de três princípios: o da *dispersão*, sob o qual os caçadores têm um limite máximo e mínimo para os contingentes populacionais; o da *cooperação*, em que os membros do grupo segundo o sexo e a idade colaboram nas atividades cotidianas, sobretudo as que demandam a participação de muitos indivíduos, e o da *fluidez*, que significa o não fechamento ou a manutenção do fluxo permanente entre os bandos, permitindo a variação rápida e freqüente de seus componentes e de sua organização social. Por essa abordagem, as “permanências” ou atributos da cultura material de longa duração não têm possibilidade de existir.

As práticas mortuárias, por sua vez, como aspectos visíveis da cultura imaterial, podem conter relevantes informações elucidativas na distinção inter e intragrupal das populações pré-históricas. Um outro componente de forte significado para as relações sociais na pré-história é o meio ambiente, compreendendo o território, como local de identidade grupal na prática particular de

algumas atividades e como fonte de recursos compartilhada, embora espaço predominantemente explorado por um grupo. De acordo com o nível tecnológico atingido pelo grupo humano, pode-se supor que este intervirá mais ou menos intensamente na natureza e na medida em que desenvolva materialmente sua cultura, estabelecendo um domínio sobre ela, simbolizará nos rituais mágicos o conhecimento empírico adquirido sobre o meio. (MEILLASSOUX, p. 95-6).

Não significa dizer, que todos os grupos seguiriam linearmente etapas de dominação da natureza. A libertação dos incompreensíveis fenômenos naturais, pode acontecer lentamente, enquanto dominam a natureza através das técnicas de cultivo, o que resultaria na igualmente lenta alteração dos códigos de comunicação social, gráficos ou rituais. No Brasil Central, já nos tempos históricos, grupos nativos apresentavam diferentes níveis de organização social em oposição ao baixo nível tecnológico de seu equipamento. Neste caso, quanto mais complexa a organização social, mais simples eram seus utensílios. Outros, repartiram entre os diversos sub-grupos o “direito” à fabricação de diferentes artefatos, à maneira de uma especialização, somente para que as trocas continuassem existindo entre si. (STRAUSS, 1986).

A intensidade com que se processa a interação comunidade humana e os componentes ambientais é indissociável do marco temporal ou diacrônico, significando um intercâmbio de longo prazo, caracterizado pela sazonalidade, esta decorrente de uma distribuição desigual de recursos em um meio ambiente complexo, cujos ajustes são determinantes pelos ocupantes locais, com reflexo na demografia, nas estratégias de sobrevivência e, conseqüentemente, nas estruturas habitacionais. Significa dizer, que os sítios podem ajudar a definir os grupos culturais. A feição de um habitat pode estar associado a variados compartimentos topográficos, por sua vez de feições particulares em relação ao meio ambiente geral, a afloramentos rochosos favoráveis ao estabelecimento de uma habitação, à realização de grafismos ou à obtenção de matéria-prima para os artefatos de pedra e, no mesmo nível de importância, aos recursos hídricos e alimentares permanentes. Uma modificação parcial nessas condições, poderá apresentar uma mudança brusca na tecnologia (SCHMITZ, 1981:68). De onde pode-se inferir, então, tratar-se da presença de um grupo com uma organização social muito frágil.

Enfim, em cada modo de confeccionar um artefato de pedra (sobretudo os de refinado acabamento que, pela sua fragilidade jamais poderia ter um uso prático), de inumar, de adornar-se, de confeccionar e decorar (ou não) a cerâmica, um significado subjacente deverá ser investigado para um maior conhecimento das estruturas culturais, representações das populações já desaparecidas. O pré-historiador não pode escapar de uma das duas alternativas: as tradi-

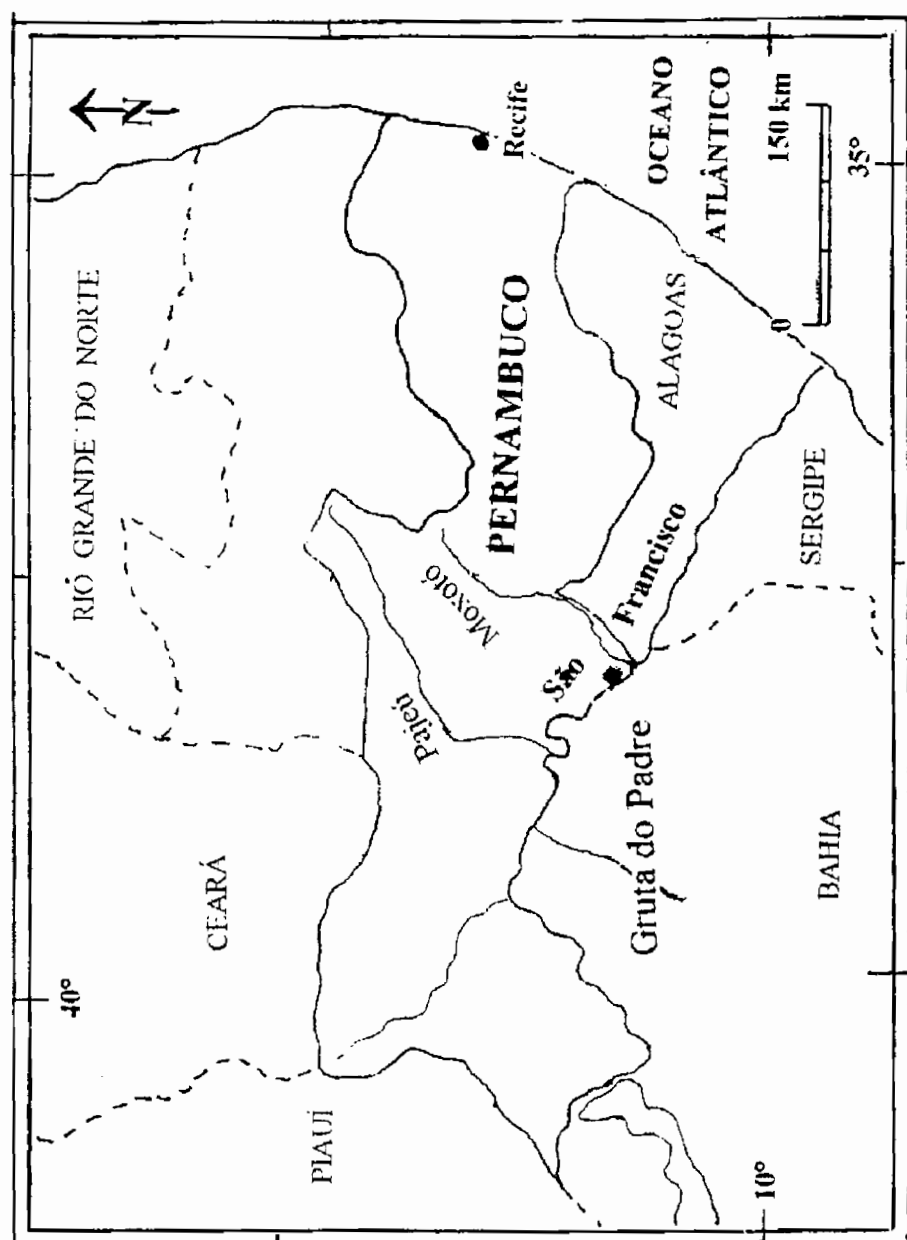
ções traduzidas como permanências simbolizam a imobilidade de numerosas comunidades pré-históricas espalhadas em uma vasta área do atual território brasileiro, que em diversas ocasiões por influências externas ambientais precisam reajustar as técnicas com as quais dominam o meio ou, essas populações em reação a influências internas contingenciais, realizam ajustes de ordem social que, ao se refletirem nas tecnologias quase extinguem a identidade dos grupos, ante a uniformidade das técnicas. Neste caso, as permanências seriam o resultado de intensas trocas aquisitivas, um conhecimento de domínio comum a inúmeros povos, enquanto as diferenciações representariam o acervo particular, identificador dos grupos, se comprovada sua existência restrita a pequenas áreas. Conforme se verifique seu domínio em áreas extensas, pode-se deduzir a presença de duas (ou mais) permanências em um mesmo espaço ou território.

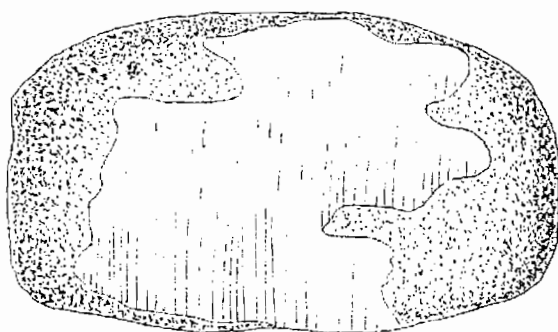
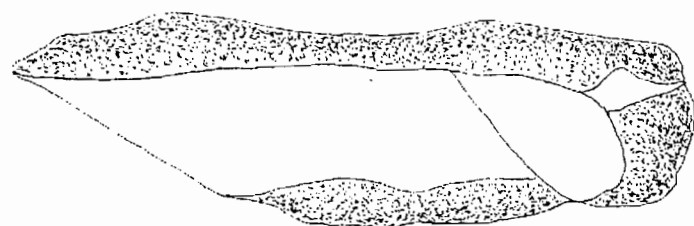
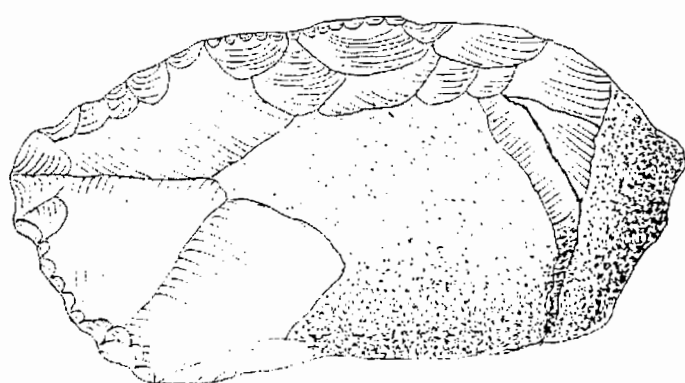
De todo modo, o estudioso em pré-história precisa ater-se a uma abordagem que o instrumentalize no resgate da vida dos primeiros habitantes do território brasileiro. Contribuir para a construção da pré-história do país, em atenção às populações atuais, é buscá-la nos proto-indígenas e nos povos ancestrais que não importando a faixa de tempo em que estejam inseridos, se em período mais recente ou mais recuado. Eliminando-se o limite temporal ou espacial, regional ou nacional de sua história, levanta-se o obstáculo que a impede ocupar um lugar na epopéia da Humanidade, como tanto almejaram os pioneiros da pesquisa arqueológica no Brasil.

¹Bolsista do CNPq na UFPB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDERON, Valentin. *As tradições líticas de uma região do Baixo Médio São Francisco (Bahia)*. **Estudos de Arqueologia e Etnologia**. Salvador: UFBA, 1983, p. 37-58. (Coleção Valentin Calderón).
- GODELIER, M. *Economia e sociedade*. In: CARVALHO, Edgar de Assis (org.) & FERNANDES, Florestan (coord.). *Godelier*. São Paulo: Ática, **Antropologia**, 1981, p. 47-58.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2ª ed. Recife: Ed.Univ-UFPE, 1997, 450 p. il.
- _____.; ROCHA, Jacionira; GALINDO, Marcos. *Indústrias líticas em Itaparica no vale médio do São Francisco (Pernambuco-Brasil)*. **CLIO**, Recife: UFPE, Série Arqueológica, nº 3: 95-135, il., 1986.
- MEILLASSOUX, C. Pesquisa de um nível de determinação na sociedade cinegética. In: CARVALHO, Edgar de Assis. **Antropologia econômica**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 85-99.
- PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. Tomo II. São Paulo: Nacional, Brasileira 112, 1938.
- PRONAPA – *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. 2ª ed. **Cadernos de Arqueologia**. Paranaguá(PR): MAAP, UFPR, Ano I, nº 1, 1976, il.
- ROCHA, Jacionira Silva. *Uma reflexão sobre a noção “tradição” e sua aplicação às indústrias líticas da área de Itaparica no médio São Francisco (Pernambuco – Brasil)*. V Reunião da Soc. de Arqueologia Brasileira – SAB, Santa Cruz do Sul – RS, 1987. **Revista do CEPA**. Porto Alegre: FISCS / APESC, Publ. Avulsa, nº 20: 249-257, il., set/1990. (ANAIS da Reunião).
- SCHMITZ, P. I. *La evolucion de la cultura en el Sudoeste de Goiás*. In: _____. *Contribuciones a la Prehistória de Brasil*. **Pesquisas**. São Leopoldo (RS): Instituto Anchietano de Pesquisa, Antropologia nº 32: 41-83, 1981, il.
- _____. **Caçadores e coletores da pré-história do Brasil**. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 1984.





1

2

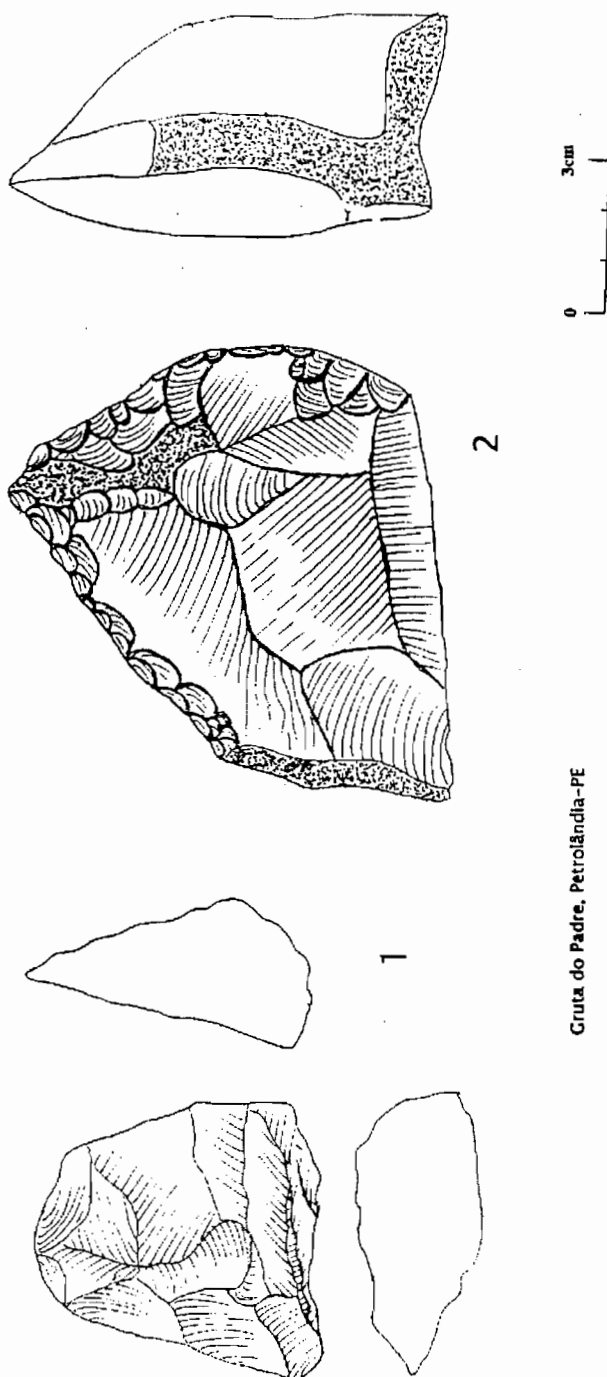


Gruta do Padre, Petrolândia-PE

Estrato 1b - 2360 $\pm$ 50 BP (410 BC) CSIC-805

1 - Raspador em sílex.

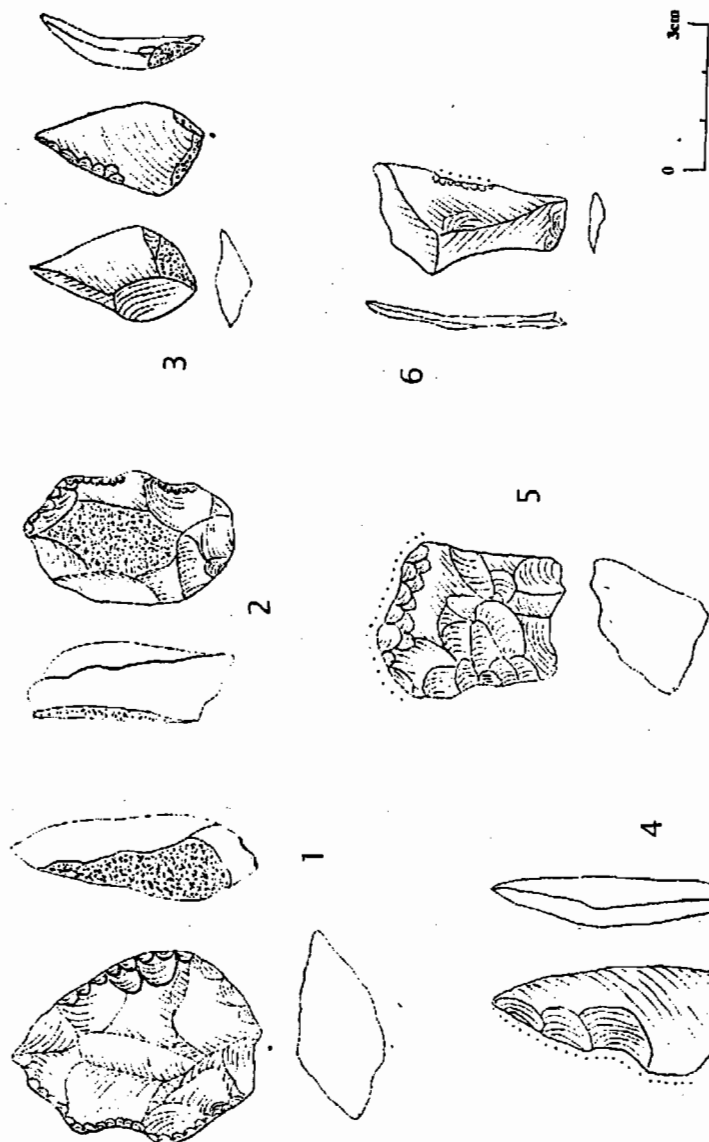
2 - Lâmina de machado polida, em arenito silicificado.



Gruta do Padre, Petrolândia-PE

Estrato 1b - 2360 $\pm$ 50 BP (410 BC) CSIC-805

- 1 - Lâmina de machado lascada, em arenito silicificado.
2 - Raspador convexo, em sílex.



Gruta do Padre, Petrolândia-PE

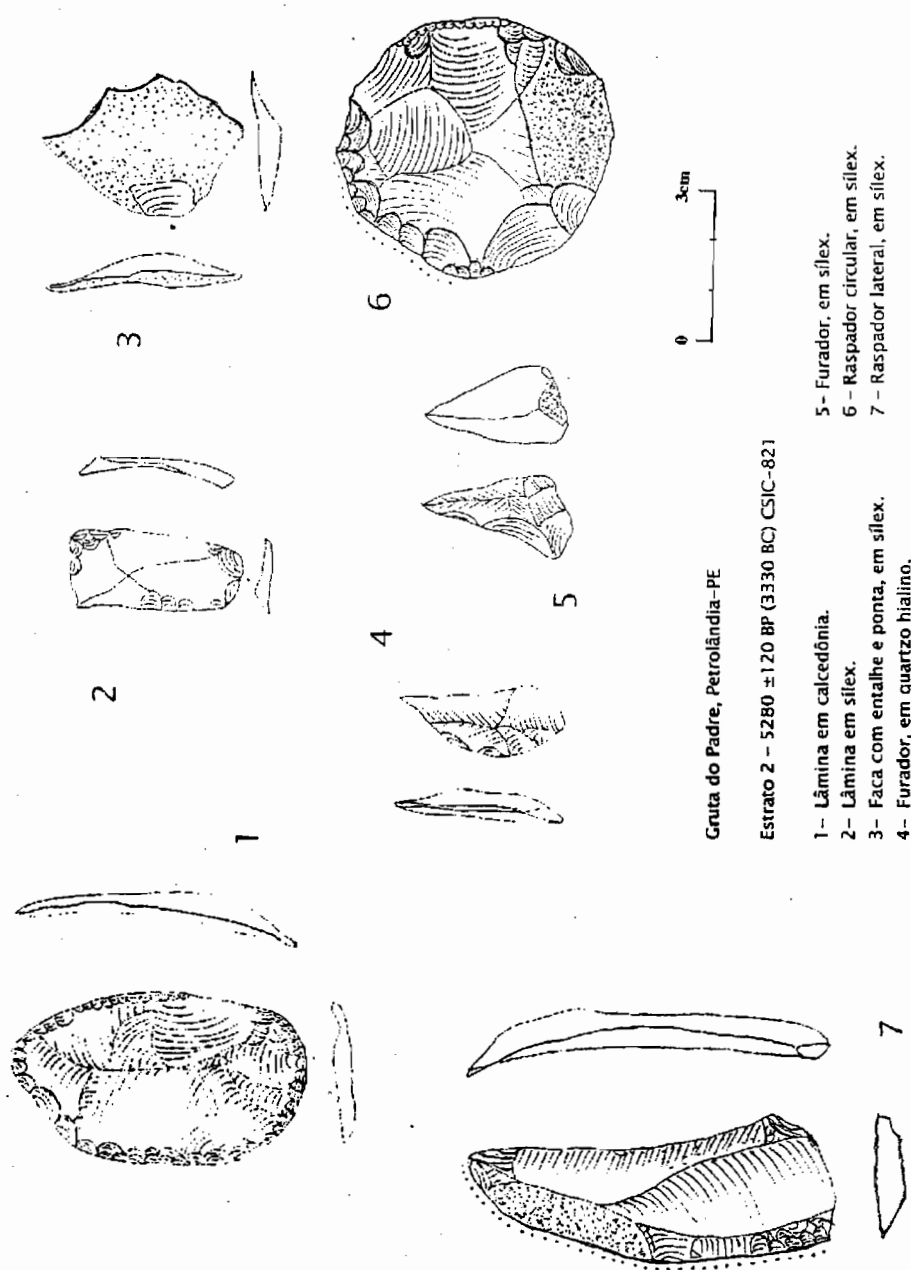
Estrato 1b - 2360 $\pm$ 50 BP (410 BC) CSIC-805

- 1- Raspador duplo com entalhe, em quartzo.
- 3- Faca com ponta, em quartzo fino.
- 4- Raspador com entalhe e ponta, em sílex.

- 5- Raspador terminal, em quartzo.
- 6- Faca em lâmina de calcidônia.

Estrato 2 - 5280 $\pm$ 120 BP (3330 BC) CSIC-821

- 2-Raspador com entalhes, em sílex.



Gruta do Padre, Petrolândia-PE

Estrato 2 - 5280 ± 120 BP (3330 BC) CSIC-821

- 1 - Lâmina em calcadônia.
- 2 - Lâmina em sílex.
- 3 - Faca com entalhe e ponta, em sílex.
- 4 - Furador, em quartzo hialino.
- 5 - Furador, em sílex.
- 6 - Raspador circular, em sílex.
- 7 - Raspador lateral, em sílex.